



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL**

**RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES**

| IDENTIFICAÇÃO                                     |
|---|
| Comarca/Juízo: Acará                              |
| Polo/Região Judiciária: 2ª Região                 |
| Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO |

| EDITAL DE CORREIÇÃO                                    |
|--|
| Data da publicação: 26 de janeiro de 2024              |
| Data da abertura da correição: 29 de fevereiro de 2024 |
| Data do encerramento da correição: 01 de março de 2024 |
| Observações:   |

| DADOS GERAIS DA SERVENTIA  |  |
|--|--|
| Nome oficial da serventia: <b>ANTONIO ALBERTO TAVEIRA DOS SANTOS</b>   |  |
| Código Nacional da Serventia (CNS): 06.780-1   | CNPJ: 30.734.185/0001-29   |
| Endereço: Av. Comandante Pedro Vinagre, Edifício Pedro Paulo, 1º andar, s/n, Centro, Acará/PA, CEP nº 68.690000                    |  |
| Telefone fixo:   | Celular: (91) 985879887  |
| e-mail: <a href="mailto:cartoriotaveira@gmail.com">cartoriotaveira@gmail.com</a>   | Celular Plantão (RCPN): 91 985879887   |
| ATRIBUIÇÕES  |  |
| ( x ) Tabelionato de Notas<br>( x ) Tabelionato de Protesto<br>( x ) Registro de Imóveis<br>( x ) Registro de Títulos e Documentos | ( x ) Registro Civil das Pessoas Naturais<br>( x ) Registro Civil das Pessoas Jurídicas ( ) Registro de Distribuição |

**DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE**

| IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)   |   |
|--|---|
| <b><u>Nome do(a) Responsável pelo Cartório:</u></b>  |   |
| Status do(a) responsável: ( x ) Titular<br>( ) Interino(a)<br>( ) Interventor(a)                     | CPF: 515.974.892-04.  |
| Endereço: Rua Manoel Deodoro da Fonseca, 661, Hotel Vale do Acará, apto 306, São Judas Tadeu, Acará. | Ato de nomeação:<br>Investidura 03/02/2020.<br>Data da posse / exercício: 05.02.2020. |
| Telefones: (91) 991140507  | E-mail: albertotaveira@yahoo.com  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

| <b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A)<br/>LEGAL</b>  |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico. |  |
| Nome do(a) Substituto(a) Legal: ANDRÉ COELHO RIBEIRO  |  |
| CPF: 020.061.632-30   | Portaria de designação: 02/2020  |
| Endereço: Rua Manoel Dedoero da Fonseca, 661, Hotel vale do Acará, apto 203, São Judas Tadeu, Acará.                                      | Telefones: 91 95219675.<br>E-mail: andrecribeiro2014@gmail.com   |
| <b>1</b>  | A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas?<br><input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação.<br><input type="checkbox"/> Irregular. Motivo:<br><br>Observações/Providências:   |
| <b>PREPOSTOS</b>  |  |
| <input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.          |  |
| <b>2</b>  | Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido?<br><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO<br><br>Observações/Providências:   |
| <b>3</b>  | Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas?<br><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO<br><br>Observações/Providências:  |
| <b>4</b>  | Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça?<br><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO<br><br>Observações/Providências:  |
| <b>CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO</b>  |  |
| <b>5</b>  | As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança?<br><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO<br><br>Observações/Providências: O cartório localiza-se em um prédio de alvenaria de 5 andares, estando instalado no 1º andar. Há elevador, e, portanto, acessibilidade. No mesmo prédio funciona o Hotel Fonseca, sendo informado pelo delegatário que foram alugados dois cômodos que foram unificados e transformados em cartório, apresentado boas condições de uso e instalações elétricas e hidráulicas. |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |   |
|-----------|---|
| <b>6</b>  | <p>O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O cartório foi instalado em 2020, estando ainda em bom estado de conservação.</p>  |
| <b>7</b>  | <p>Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade?</p> <p>( ) SIM   ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>8</b>  | <p>Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados:</p> <p>a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços;</p> <p>b) horário de funcionamento;</p> <p>c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos.</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p> |
| <b>9</b>  | <p>Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores?</p> <p>( ) SIM   ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não foram aprestando os alvarás de funcionamento.</p>  |
| <b>10</b> | <p>As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Em local salubre, sem umidade.</p>   |
| <b>11</b> | <p>Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Possui elevador de acesso ao cartório e o local não apresenta obstáculos físicos.</p>  |
| <b>12</b> | <p>O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispendo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Atende todos os requisitos. Necessário registrar o cuidado do Oficial com este aspecto, considerando que o tratamento e fornecimento de água na cidade é deficiente, tendo o mesmo instalado na serventia um sistema de filtragem de água de alto padrão, tornando-a potável e alcalina, e que atende ao público interno e externo da serventia.</p>                        |
| <b>13</b> | <p>As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|   |   |
|---|---|
| <b>14</b>   | <p>Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO</b> |   |
| <b>15</b>   | <p>O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |
| <b>16</b>   | <p>Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O Delegatário reside com a família na cidade.</p>                                      |
| <b>17</b>   | <p>A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p> |
| <b>18</b>   | <p>Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: As prioridades são observadas a critério da percepção dos colaboradores.</p>  |
| <b>19</b>   | <p>Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Distribuição de senhas manuais, plastificadas.</p>   |
| <b>20</b>   | <p>O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>                                       |
| <b>21</b>   | <p>As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>                                      |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|  |   |
|--|---|
| <b>22</b>  | <p>É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O Sistema gera o recibo automatizado, todavia, a serventia não dispõe de impressora específica para emissão de recibo. Fornecem caso o usuário solicite.</p>  |
| <b>23</b>  | <p>O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |
| <b>24</b>  | <p>São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>25</b>  | <p>As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Nunca suscitou dúvida. Foi o cartório orientado a fazer sempre via PJE, quando houver necessidade.</p>   |
| <b>26</b>  | <p>A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Analisados por amostragem os livros atendem perfeitamente a forma de escrituração.</p> |
| <b>27</b>  | <p>Existem práticas viciosas a serem coibidas?</p> <p>( ) SIM   ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não foram recebidas reclamações por ocasião da correição.</p>  |
| <b>DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO</b> |   |
| <b>28</b>  | <p>Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>29</b>  | <p>Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |   |
|-----------|---|
| <b>30</b> | <p>Adoção de sistemas de cópias de segurança, "backup" em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias?</p> <p>(x) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: É utilizado tanto o Storage Físico, quanto na nuvem do Google drive. Não possui o back up do próprio sistema extradigital. O back up é feito diariamente, em tempo real, tanto em nuvem quanto físico.</p>  |
| <b>31</b> | <p>Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Bacharel em Direito, com especialização em direito notarial e registral.</p>  |
| <b>32</b> | <p>Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |
| <b>33</b> | <p>Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |
| <b>34</b> | <p>Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Existe, mas estava em branco e foi lavrado o termo no ato respectivo (dia da correição).</p>  |
| <b>35</b> | <p>Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, "a" a "m")? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Na escrituração consta o número do selo utilizado, o que permite a SEPLAN/TJPA, por ocasião da fiscalização contábil, verificar a conformidade dos atos com os emolumentos. Todavia, recomenda-se necessita ser incluída a referência relativa ao número da folha a do livro cujo ato foi praticado, para fins de facilitar a fiscalização e atender os requisitos do Código de Normas.</p> |
| <b>36</b> | <p>Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO    ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Não utilizam</p>  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|   |  |
|---|--|
| <b>37</b>                                       | <p>O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>38</b>                                       | <p>O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |
| <b>39</b>                                       | <p>A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia utiliza o sistema Extradigital desde 2020. O registros anteriores vêm sendo paulatinamente sendo incluídos no sistema Extradigital. Com relação ao Registro de Imóveis o trabalho já foi concluído, inclusive com o levantamento das imagens para o SREI/ONR, estando 100% integrado, podendo gerar certidões on line. Em relação ao Registro Civil ainda estão em fase de alimentação do CRC dos registros anteriores. Foi realizada a alimentação apenas até 2019.</p> |
| <b>40</b>                                       | <p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos)</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: R\$ 0,50 (cinquenta centavos). Apenas para a realização do serviço interno da serventia.</p>  |
| <b>DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS</b> |  |
| <b>41</b>                                       | <p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema)</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sistema extradigital.</p>  |
| <b>42</b>                                       | <p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência)</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |  |
|-----------|--|
| <b>43</b> | <p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital?</p> <p>(Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento).</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p> |
| <b>44</b> | <p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código de Normas)?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>45</b> | <p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>46</b> | <p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Segundo informado existem disparos durante o dia de remessa ao TJ, à medida em que são utilizados. Todavia são feitos de forma manual, não automatizada.</p>   |
| <b>47</b> | <p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme relatório situacional, o que foi encaminhado ao e-mail da serventia.</p>   |
| <b>48</b> | <p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>49</b> | <p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Tem conhecimento do sistema, e já utilizaram.</p>   |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|                            |  |
|----------------------------|--|
| <b>50</b>                  | <p>A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>51</b>                  | <p>A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O selo digital exige esse cadastramento.</p>   |
| <b>52</b>                  | <p>Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total).</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Verificação correta, por amostragem.</p>   |
| <b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b> |  |
| <b>53</b>                  | <p>Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI?</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p> |
| <b>54</b>                  | <p>Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)?</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Existem pendências de acordo com o Relatório Situacional, que foi encaminhado via e-mail para a serventia.</p>  |
| <b>55</b>                  | <p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A Prefeitura está resolvendo problema no sistema.</p>   |
| <b>56</b>                  | <p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|  |  |
|--|--|
| <b>57</b>  | <p>Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)?</p> <p>( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>58</b>  | <p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>59</b>  | <p>Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: OK</p>   |
| <b>60</b>  | <p>Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apenas a Certidão Negativa pelo CNPJ da serventia foi apresentada.</p>   |
| <b>61</b>  | <p>Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Visualizado pelo Juiz Corregedor diretamente no sistema.</p>  |
| <b>PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA</b> |  |
| <b>62</b>  | <p>O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta?" (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144)</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: O oficial de cumprimento é o próprio Titular da serventia.</p> |
| <b>63</b>  | <p>Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput)</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Houve uma única ocorrência reportada no ano de 2020.</p>             |
| <b>64</b>  | <p>O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153)</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|   |  |
|---|--|
| <b>65</b>   | <p>O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178)</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>66</b>   | <p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput)</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Sim, pelo sistema Extradigital e selo eletrônico</p>   |
| <b>67</b>   | <p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Sim, pelo sistema Extradigital e selo eletrônico.</p>  |
| <b>68</b>   | <p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Sim, pelo sistema Extradigital e selo eletrônico.</p> |
| <b>PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)</b> |  |
| <b>69</b>   | <p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça?</p> <p>( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Enviado ao juiz corregedor local. Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**70**

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)  
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)  
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

- SIM  NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:\*

- 2 Megabits  5 Megabits  10 Megabits  Mais de 10 Megabits

Observação:

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

- inexistente  físico  virtual

Observação:

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

- SIM  NÃO

Observação: Google drive

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

- SIM  NÃO

Quantos? 03 (tres impressoras/scanners)

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

- SIM  NÃO. Especificar

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

- SIM  NÃO



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|   |   |
|---|---|
|   | <p>Observação: Linux</p> <p>Possui firewall?<br/>( x ) SIM ( ) NÃO<br/>Observação:</p> <p>Possui proxy?<br/>( x ) SIM ( ) NÃO<br/>Observação:</p> <p>Possui banco de dados?<br/>( x ) SIM ( ) NÃO<br/>Observação:</p> <p>Quanto funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte?<br/>Observação: Possui 03(três) colaboradores: André, Marialia e Clara.</p>  |
| <b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD</b> |   |
| <b>71</b>   | <p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>72</b>   | <p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>73</b>   | <p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A DPO é e servidora Alessandra Azevedo Cardoso.</p>  |
| <b>74</b>   | <p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p> |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|   |   |
|---|---|
| <b>75</b>   | <p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia possui suas políticas fixadas no quadro de avisos, de fácil acesso público no próprio local. No site, possui uma aba transparência mas ainda sem as informações claras sobre o cumprimento da LGPD, inclusive sem formulário eletrônico específico.</p> |
| <b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ</b><br><b>(SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)</b> |   |
| <b>76</b>   | <p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023)</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>TÓPICO DE ENCERRAMENTO</b>   |   |
| <b>78</b>   | <p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?</p> <p>( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prejudicado</p>   |
| <b>79</b>   | <p>Outras observações:</p>  |

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS**

| <b>REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS</b> |   |
|--|---|
| <b>1</b>                                   | <p>Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |
| <b>2</b>                                   | <p>Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração?</p> <p>( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foram relatados os problemas históricos relacionados às gestões anteriores, motivo pelo qual nem todos os livros tem assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento. Foi verificado que os livros abertos a partir da assunção do Oficial em 2020, contêm os requisitos. Último livro encerrado de nº 91. Livro de Casamento: último encerrado nº 25, conforme folha 104 (último ato praticado pelo ex-interino em 04.02.2020 e o primeiro ato praticado pelo atual delegatário.</p> |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |   |
|-----------|---|
| <b>3</b>  | <p>São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Comunicações feita pela CRC, sem pendências.</p>   |
| <b>4</b>  | <p>São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sem pendências na CRC.</p>  |
| <b>5</b>  | <p>Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, publicam exclusivamente no e-proclamas. Foi constatado que não consta a evidência da publicação do Edital nos processos de habilitação de casamentos, sendo mantido, como modelo-padrão, a afixação/manutenção do edital no local de costume.</p> |
| <b>6</b>  | <p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro "D – de registro de proclamas", prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: São mantidos os livros fisicamente.</p>   |
| <b>7</b>  | <p>Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há remuneração. Os casamentos são celebrados pelos colaboradores da serventia.</p>   |
| <b>8</b>  | <p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o livro em uso e o último livro encerrado para confirmação dessa informação</p>  |
| <b>9</b>  | <p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o livro em uso e o último livro encerrado para confirmação dessa informação.</p>  |
| <b>10</b> | <p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cuius</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p>   |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|    |   |
|----|---|
|    | Observações/Providências: Foi verificado o livro em uso e o último livro encerrado para confirmação dessa informação  |
| 11 | <p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impressão datiloscópica e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistadas pelo Oficial e demais requisitos do Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça?</p> <p>( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Item prejudicado pois ainda não realizaram esse tipo de atendimento, afirmando não existir demanda espontânea no cartório. Estão cientes do procedimento. Foi informado que a defensoria pública é bastante ativa na cidade judicializando os pedidos de registro tardio. A serventia entrega uma lista de documentos para observância do procedimento estabelecido pelo Prov. 149, documento esse apresentado durante a correição.</p>  |
| 12 | <p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92?</p> <p>(x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, pelo PJE. Foi coletada evidência. A serventia adota como modelo um termo de recusa de indicação da paternidade para realizar o encaminhamento quando a mãe deixa de declarar a identidade do possível pai.</p> <p>Deve ser orientada a encaminhar pelo Sistema PJE, assim como todos os demais procedimentos de consulta e dúvida. (classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade)</p>   |
| 13 | <p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico?</p> <p>(x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ainda não foi finalizado nenhum procedimento de alteração de nome pois as pessoas que procuraram o serviço não apresentaram a documentação correlata.</p>  |
| 14 | <p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 149/2023 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja autenticidade possa ser verificada;<br/>(x) SIM ( ) NÃO</li><li>- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual<br/>( ) SIM (x) NÃO</li></ul> <p>Observações/Providências: Foi apresentado o modelo de requerimento utilizado na serventia, mas nenhum procedimento foi finalizado até o momento. No Modelo não consta a observação referente ao segundo item acima.</p> |
| 15 | <p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73?</p>   |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |  |
|-----------|--|
|           | <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme evidências fotográficas</p>   |
| <b>16</b> | <p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, no regime de sobreaviso, no horário de 8h às 14h, conforme evidência fotográfica.</p>   |
| <b>17</b> | <p>Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |
| <b>18</b> | <p>Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>19</b> | <p>Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 149/2023 -CNJ?</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi informado que não há moradores de rua na cidade e não foram constatadas situações que tenham demandando esse procedimento pela serventia. A serventia está ciente do procedimento que deve adotar.</p> |
| <b>20</b> | <p>Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017- CNJ e Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>21</b> | <p>A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi apresentada a última comunicação efetivada, em novembro/2023, ao</p>   |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |   |
|-----------|---|
|           | RMP.  |
| <b>22</b> | <p>São atendidas as determinações do Provimento nº 149/2023 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: No geral, sim. Porém foram extraídos relatórios de pendências, em anexo.</p>   |
| <b>23</b> | <p>O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Há integração à CRC e Sirc, porém em relação a anteriores gestões que não alimentaram o sistema, vem sendo feita a gradativa alimentação da base de dados que no Acará é secular. Extraídos os relatórios de pendência que seguem anexos a este relatório.</p>   |
| <b>24</b> | <p>São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi informada a ausência de convênio com o DETRAN, por falta de interesse do referido órgão para realização das comunicações. Os demais comprovantes foram apresentados.</p> |
| <b>25</b> | <p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?</p> <p>( ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Item prejudicado, por ausência de informação anterior sobre correição da CGJ.</p>  |
| <b>26</b> | <p>A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 149/2023-CNJ que trata sobre o cadastro, no Justiça Aberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades?</p> <p>( ) SIM      ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há unidade interligada, haja vista ter sido constatada a proximidade do cartório ao hospital.</p>  |
| <b>27</b> | Providências a serem adotadas: Ao final dos relatórios  |

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – REGISTRO DE IMÓVEIS**

**REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|          |  |
|----------|--|
| <b>1</b> | <p>Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto no art. 182 da Lei Federal 6.015/73, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 daquela Lei?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os títulos são imediatamente prenotados no protocolo do Sistema Extradigital, com todos os requisitos.</p>  |
| <b>2</b> | <p>É fornecida à parte documento comprobatório do protocolo dos títulos contendo seu número de ordem?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |
| <b>3</b> | <p>A escrituração do Livro nº 01 – Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 184 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Feito pelo sistema Extradigital.</p>   |
| <b>4</b> | <p>Na escrituração do Livro n. 01 – Protocolo - tem-se observado o disposto no art. 175 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Com os dados exigidos por lei.</p>  |
| <b>5</b> | <p>São canceladas as prenotações, decorridos 20 (vinte) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no art. 205 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, são canceladas pelo sistema Extradigital. Porém, deve ser adequado o prazo informado no sistema por ainda constar trinta dias.</p> |
| <b>6</b> | <p>Na escrituração do Livro n. 02 – Registro Geral - tem-se observado o disposto no art. 176 da Lei Federal n. 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>7</b> | <p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do “Livro nº 4 – Indicador Real” (art. 173, inciso IV, e art. 179 da Lei Federal 6.015/73) e do “Livro nº 5 – Indicador Pessoal” (art. 173, inciso V, e art. 180 da Lei Federal 6.015/73), os quais poderão ser substituídos pelo sistema de fichas?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, ambos os livros estão no sistema Extradigital.</p>                      |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |   |
|-----------|---|
| <b>8</b>  | <p>Os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração?</p> <p>( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Em razão dos problemas históricos, gestões anteriores não atenderam os requisitos. Atualmente as matrículas seguem a normativa legal federal.</p>   |
| <b>9</b>  | <p>Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no art. 290 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi informado que ainda não houve regularização fundiária urbana.</p>   |
| <b>10</b> | <p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no art. 18 da Lei Federal 6.766/79 e incorporações imobiliárias, cf art. 32 da Lei 4591/64?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há loteamentos no Município.</p>  |
| <b>11</b> | <p>Em relação à pergunta anterior, no caso de não serem regularmente apresentados os documentos exigidos, o oficial fez o registro, ou suscitou dúvida na forma devida?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: <b>Prejudicado</b></p>  |
| <b>12</b> | <p>Para individualização e discriminação das unidades imobiliárias, é observado o disposto no art. 44 Lei 4.591/64?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>13</b> | <p>É encaminhada à Secretaria da Receita Federal a “Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI”, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/76 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme verificado pelo Juiz Corregedor na tela do sistema.</p>  |
| <b>14</b> | <p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos de sua competência?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: ITBI, ITCMD.</p>  |
| <b>15</b> | <p>Definida nova circunscrição geográfica do imóvel matriculado, o oficial da nova circunscrição encaminha, por meio de ofício, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão da abertura da matrícula ao oficial da circunscrição anterior, a fim de que este proceda à respectiva averbação, acompanhado dos emolumentos e taxas devidos, cobrados do interessado na abertura da nova matrícula?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Nunca recebem comunicação para o encerramento das matrículas</p> |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|    |  |
|----|--|
|    | originárias em outros municípios (Tailândia, Tomé-Açu, e Concórdia do Pará). Ressaltam que com relação às matrículas antigas, e, diante da ausência de georreferenciamento à época, dificulta a exata localização.   |
| 16 | <p>Na hipótese acima, o ofício e a respectiva certidão são arquivados em ambos os serviços registrares, sendo que o receptor arquiva os originais e o expedidor uma cópia?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prejudicado.</p>  |
| 17 | <p>São observadas as disposições dos arts. 878 do CN referentes às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há situações na serventia.</p>   |
| 18 | <p>Todas as aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros são trimestralmente comunicadas ao INCRA e mensalmente à Corregedoria-Geral de Justiça? Conforme determina o art. O art. 879 do CNSNR/PA. Elas têm sido atualizadas no CNIB?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Desde 05.02.2020 não houve aquisições de imóveis por estrangeiros.</p>                                |
| 19 | <p>A abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites tem observado as disposições do Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve registros de terras indígenas, mas apenas quilombolas.</p> |
| 20 | <p>São atendidas as determinações do <b>provimento nº 89/2019 (CNJ)</b> relativas ao Sistema de Registro Eletrônico de imóveis - SREI (, quanto as digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e carga das informações?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia encontra-se 100% (cem por cento) integrada.</p>  |
| 21 | <p>As notas de exigências são apresentadas de forma clara, de uma única vez, com a indicação expressa da regra legal ou administrativa, ou princípio jurídico que o fundamenta, conforme exigido pelo Provimento 07/2022-CGJ?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |
| 22 | <p>O procedimento de suscitação de dúvida obedece as determinações do art. 198 da Lei 6015/73?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |  |
|-----------|--|
| <b>23</b> | <p>São adotadas todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do art. 231, § 6º, da CF/88; art. 246, §§ 3º e 4º, e art. 250, IV, da Lei n.º 6.015/73, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas? (Meta 17 do CNJ)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi reportada a ausência de registro de terras indígenas, mas apenas quilombolas.</p>   |
| <b>24</b> | <p>O oficial apura e recolhe a cota de participação do FIC/SREI, efetuando o pagamento até o último dia de cada mês?(Provimento CNJ nº 115/2021)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme comprovante apresentado em correição, pago em 29/02/2024.</p>  |
| <b>25</b> | <p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ e consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (CNJ, Prov. n. 39/2014)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Acessado diariamente, conforme relatório extraído do módulo correição do Ofício Eletrônico.</p> |
| <b>26</b> | <p>O Cartório verifica diariamente a Central de Indisponibilidade de bens (CNIB)?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Consignar data do último acesso: 29/01/2024.</p> <p>Observações/Providências: Regular, conforme relatório.</p>   |
| <b>27</b> | <p>A serventia extrajudicial cumpre o art. 8º do Provimento 39 do CNJ e verifica, pelo menos na abertura e uma hora antes do encerramento do expediente, se existe comunicação de indisponibilidade de bens para impressão ou importação (XML) para seu arquivo, visando o respectivo procedimento registral? (CNJ, Prov. n. 39/2014)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A importação é feita pelo sistema Extradigital.</p>  |
| <b>28</b> | <p>O cartório mantém livro auxiliar atualizado para o cumprimento do disposto no artigo 10 da Lei nº 5.709/1971?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Mas encontra-se em branco, em razão da inexistência de atos.</p>  |
| <b>29</b> | <p>O Oficial tem procedido às averbações de bloqueio e cancelamento determinadas pelos Provimentos nº 13/2006-CJCI e 02/2010-CJCI, bem como intimado o interessado para formalizar a requalificação de que trata o Provimento Conjunto nº 006/2023-CRMB/CJCI?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |   |
|-----------|---|
| <b>30</b> | <p>O Oficial mantém registro em banco de dados próprio e no SIAE (instrução 02/2021-CGJ) das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas? (pedir para ver os controles)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: todas as matriculas encontram-se devidamente alimentadas no sistema do SIAE.</p>  |
| <b>31</b> | <p>O oficial está cumprindo as disposições do Provimento 08/2021-CGJ, que alterou a redação do art. 5º do Provimento Conjunto 08/2013-CJCI/CRMB e mantendo banco atualizado relacionando as matrículas abertas bloqueadas, desbloqueadas, canceladas e requalificadas com base nas disposições do referido ato normativo?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observação: Existe uma relação detalhada em arquivo do computador com todas as matriculas duplicadas. Neste caso, e, tratando-se do histórico de ilegalidade que ocorreram no cartório em gestões anteriores, a abertura de nova matricula depende de provocação do interessado, mediante a reapresentação da documentação comprobatória da propriedade.</p> |
| <b>32</b> | <p>Estão sendo praticados os respectivos atos eventualmente existentes na CNIB (ordens e cancelamentos), dentro do prazo disposto em lei?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |
| <b>33</b> | <p>O Cartório acessa diariamente a Central de Registradores de Imóveis, no portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR), verificando todas as solicitações existentes: Pedidos de certidões, E-protocolo, pesquisa de bens, penhora online, intimações e ofícios?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Acesso regular, conforme relatório.</p>  |
| <b>34</b> | <p>As solicitações recebidas pelo portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR) são atendidas/prenotadas no mesmo dia?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |
| <b>35</b> | <p>O Cartório está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas (Exportador de Imagens) para a ONR com seus atos devidamente atualizados?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, as imagens são exportadas automaticamente pelo sistema Extradigital.</p>  |
| <b>36</b> | <p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |   |
|-----------|---|
| <b>37</b> | <p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados)?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: É feita a mesma pergunta no relatório de tabelionato de notas.</p> |
| <b>38</b> | <p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição anterior?</p> <p>( ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Item prejudicado.</p>  |
|           | <p>Providências a serem adotadas: Ao final dos relatórios</p>   |

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS**

| <b>TABELIONATO DE NOTAS</b> |  |
|-----------------------------|--|
| <b>1</b>                    | <p>A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>2</b>                    | <p>Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Posuem todos os arquivos relativos aos atos da atual gestão, tendo em vista que as gestões anteriores não faziam o arquivamento.</p> |
| <b>3</b>                    | <p>Mantém fichário de cartões de autógrafo?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Físico e digital.</p>   |
| <b>4</b>                    | <p>No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|          |   |
|----------|---|
| <b>5</b> | <p>É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>6</b> | <p>Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não foram encontradas escrituras nestas condições.</p>   |
| <b>7</b> | <p>O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação?</p> <p>( ) SIM   ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Devido os problemas históricos, nem todos os atos foram rubricados pelos tabeliães anteriores. Todavia, a nova gestão cumpre risorosamente, o que, porém, não afasta a necessidade de submissão dos problemas, conforme a demanda, ao Juízo de Registros Públicos, para a adoção de providencias pertinentes ao caso concreto.</p> |
| <b>8</b> | <p>Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia toma o cuidado de encadernar os livros sem o uso de livros de parafusos.</p>   |
| <b>9</b> | <p>A Serventia já está integradano Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Inclusive já realizou atos.</p>   |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |  |
|-----------|--|
| <b>10</b> | <p>A Serventia já institui a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Nos casos de uso do e-notariado.</p>   |
| <b>11</b> | <p>Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Todavia, existem diversas pendências antigas, alusivas ao período desde 2006. Segundo alegou o substituto, muitas das cargas já foram finalizadas, todavia não consegue transmitir.</p> |
| <b>12</b> | <p>Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |
| <b>13</b> | <p>O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI)?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Passou a usar o livro a partir de 2023, como forma de segurança da serventia.</p>  |
| <b>14</b> | <p>O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ)</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Fazem o cadastro de todos os clientes que comparecem à serventia.</p>   |
| <b>15</b> | <p>Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há testamento lavrado.</p>   |
| <b>16</b> | <p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º)</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p>  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|    |   |
|----|---|
|    | Observações/Providências: Sim, pela base de dados do E-notariado. (Base do CCN)   |
| 17 | <p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e proclamações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, as pendências existentes na CENSEC são pretéritas pelo fato do sistema nunca ter sido alimentado antes de 05.02.2020. Mesmo alguns períodos posteriores, encontram-se sem alimentação. Em relação ao RCTO, foi dado baixa automática da alimentação uma vez que nunca foi lavrado testamento.</p> |
| 18 | <p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme resposta anterior, tratando-se do mesmo motivo.</p>   |
| 19 | <p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Realizam o procedimento tanto em escrituras quanto no RI.</p>   |
| 20 | <p>Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74?</p> <p>( ) SIM   ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| 21 | <p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |
| 22 | <p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |   |
|-----------|---|
| <b>23</b> | Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ?<br><br>( x ) SIM ( ) NÃO<br><br>Observações/Providências: |
| <b>24</b> | A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados?<br><br>( x ) SIM ( ) NÃO<br><br>Observações/Providências:  |
| <b>25</b> | Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014)<br>29/02/2024<br><br>Observações/Providências: Acesso regular  |
| <b>26</b> | Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior?<br><br>( ) SIM ( ) NÃO<br><br>Observações/Providências: Prejudicado  |
| <b>27</b> | Providências a serem adotadas: Ao final dos relatórios  |

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - TABELIONATO DE PROTESTOS**

| <b>TABELIONATO DO PROTESTO DE TÍTULOS</b> |   |
|---|---|
| <b>1</b>                                  | Os títulos e documentos de dívida recepcionados, apresentados ou distribuídos no horário regulamentar são protocolizados dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo à ordem cronológica da entrega (art. 8º da Lei 94374/97)?<br><br>( x ) SIM ( ) NÃO<br><br>Observações/Providências: Sim, os arquivos são baixados diretamente pela CENPROT. |
| <b>2</b>                                  | Os protestos são registrados no prazo legal, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante com as informações exigidas pelo art. 20 da Lei 9437/97?<br><br>( x ) SIM ( ) NÃO<br><br>Observações/Providências: Sim, os instrumentos são assinados eletronicamente e disponibilizados na  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|   |   |
|---|---|
|   | CENPROT. O sistema extradigital também emite avisos para o respeito e controle desse prazo.   |
| 3 | <p>As importâncias referentes a títulos resgatados são imediatamente entregues a quem de direito (1º dia útil subsequente ao pagamento)?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, o boleto é gerado pela CENPROT. O boleto é gerado no dia subsequente à remessa. Evidência foi coletada.</p>   |
| 4 | <p>O registro do protesto e seu instrumento contêm todos os requisitos legais, consoante o disposto no art. 22 da Lei Federal 9.492/97?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| 5 | <p>Os documentos que instruem os atos praticados são mantidos em arquivo, consoante o disposto no art. 35 da Lei Federal 9.492/97?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme fotos do arquivo que está organizado por atribuição</p>   |
| 6 | <p>O Livro de Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei Federal 9.492/97?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme a evidência coletada</p>  |
| 7 | <p>A escrituração do livro de Protocolo é encerrada diariamente, constando do termo de encerramento o número de documentos apresentados no dia, sendo a data da protocolização a mesma do termo diário do encerramento, consoante o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei Federal 9.492/97?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme evidência coletada</p>  |
| 8 | <p>O Livro de Registros de Protestos existe (na forma física ou por meio eletrônico, art. 35, §2º, da Lei Federal 9.492/97) e sua escrituração está formalmente regular?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, o livro existe na forma física e também eletrônica no sistema Extradigital. Foi efetivada a consulta e constatada a regularidade na escrituração.</p>                                       |
| 9 | <p>É exigido o reconhecimento de firma nas declarações de anuência para cancelamentos de registro de protesto, conforme o disposto no art. 26, §1º, da Lei Federal 9.492/97?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A maioria é apresentada na forma eletrônica, através das centrais que requerem o uso de certificado digital. Mas nas anuências físicas apresentadas é exigido o reconhecimento de firma.</p> |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |   |
|-----------|---|
| <b>10</b> | <p>Os cancelamentos de registro de protesto encontram-se devidamente assinados pelo Tabelião Titular, seus Substitutos ou Escreventes Autorizados, conforme art. 26, §5º, da Lei Federal 9.492/97?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ocorreram poucos pedidos de cancelamento até o momento, porém, observam a regra.</p>  |
| <b>11</b> | <p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal 9.492/97, podendo ser elaborados pelo sistema de fichas, microfichas ou banco eletrônico de dados?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Realizam pelo sistema extradigital que permite diversas formas de consulta para localização dos documentos.</p>                 |
| <b>12</b> | <p>A localização dos registros de protestos e seu cancelamento nos índices são feitos de forma rápida e confiável?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, todos os dados estão no sistema (Extradigital).</p>  |
| <b>13</b> | <p>As intimações são feitas de modo que o recebimento fique assegurado e comprovado por meio de protocolo, aviso de recebimento – AR ou documento equivalente?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Realizam a intimação na maioria das vezes por mão própria, seja na zona urbana ou rural, quando o endereço está completo. Quando o endereço é incerto, publicam o edital.</p> |
| <b>14</b> | <p>São mantidos devidamente arquivados os mandados judiciais de sustação de protesto, com os respectivos documentos, até o trânsito em julgado da respectiva lide?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Possuem o arquivo em pasta própria para o acompanhamento. Ocorreu um caso em 04 anos (Processo 0802182-22.2023.8.14.0076)</p>   |
| <b>15</b> | <p>O tabelião cumpre o art. 179 do Prov. CNJ n. 149/2023, o qual estabelece que “Não se negará a realização de ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos, estipulados no presente Código”?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>16</b> | <p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao acesso às informações sobre quaisquer protestos válidos lavrados pelos Tabeliães de Protesto de Títulos dos Estados ou do Distrito Federal? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prints de tela coletados</p>         |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |   |
|-----------|---|
| <b>17</b> | <p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à consulta gratuita às informações indicativas da existência ou inexistência de protesto, respectivos tabelionatos e valor? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prints de tela coletados</p>   |
| <b>18</b> | <p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de informação complementar acerca da existência de protesto e sobre dados ou elementos do registro, quando o interessado dispensar a certidão? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prints de tela coletados</p>  |
| <b>19</b> | <p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de instrumentos de protesto em meio eletrônico? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prints de tela coletados</p>   |
| <b>20</b> | <p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de declaração eletrônica de anuência para fins de cancelamento de protesto? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prints de tela coletados</p>  |
| <b>21</b> | <p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de requerimento eletrônico de cancelamento de protesto? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prints de tela coletados</p>  |
| <b>22</b> | <p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de títulos e documentos de dívida, em meio eletrônico, para fins de protesto, encaminhados por órgãos do Poder Judiciário, procuradorias, advogados e apresentantes cadastrados? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi constatada a existência de duas pendências com mais de 15 dias na central estadual (vide prints de tela)</p> |
| <b>23</b> | <p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de pedidos de certidão de protesto e de cancelamento e disponibilização da certidão eletrônica? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p>   |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|    |  |
|----|--|
|    | <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: no dia 01/03 foram identificados dois pedidos pendentes na central nacional, recepcionados dia 28/02</p>                       |
| 24 | <p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?</p> <p>( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Item prejudicado</p> |
| 25 | <p>Providências a serem adotadas:</p>  |

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - RTD/RCPJ**

| <b>REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS</b> |   |
|---|---|
| 1   | <p>O Livro "A" Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o art. 135 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há livro físico nem livro digital gerado/mantido na serventia. Foi informado que o livro fica mantido no sistema extradigital, exclusivamente. Há o registro e controle de protocolo de alguns dias.</p>  |
| 2   | <p>Na escrituração do Livro "A" Protocolo são observados todos os requisitos previstos art. 146 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Devido à baixa demanda, foi localizado um protocolo no sistema datado de dezembro de 2023 no qual se identifica a ausência da informação relativa à qualidade ou espécie do lançamento a se fazer.</p>   |
| 3   | <p>3. A escrituração do Livro "A" Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 150, parágrafo único e art. 154 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, o encerramento do protocolo no sistema é feito de forma automática no Extradigital. Porém, não há livro gerado eletrônica ou fisicamente. A serventia não mantém rotina para gerar diariamente o protocolo e, posteriormente, consolidar o livro.</p> |
| 4   | <p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos atos de seu ofício?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p>  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |   |
|-----------|---|
|           | Observações/Providências: Foi informado que não há arquivos dessa competência oriundos de gestões anteriores.   |
| <b>5</b>  | <p>São anotadas no Livro de Protocolo, depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, as referências ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro ou a averbação, no livro respectivo, conforme previsto nos art. 135, parágrafo único, c/c art. 149, ambos da Lei Federal nº 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Há poucos registros. Porém, foi informada a realização automática pelo próprio sistema Extradigital.</p> |
| <b>6</b>  | <p>É observada a competência do Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, abstendo-se a serventia de registrar atos constitutivos de sociedade empresária, nos termos do art. 1.150 do Código Civil?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>   |
| <b>7</b>  | <p>Nos casos de documento que contenha obra intelectual, o usuário é orientado a proceder ao registro na forma dos arts. 17 a 20 da Lei Federal 5.988/73, para garantia dos direitos sobre a respectiva propriedade?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ainda não ocorreram casos na serventia</p>  |
| <b>8</b>  | <p>São lavrados nas colunas das anotações no livro competente, à margem dos respectivos registros os certificados de notificação ou da entrega de registros, conforme o disposto no art. 160, §1º, da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, porém ainda não houve requerimento dessa natureza.</p>  |
| <b>9</b>  | <p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro "D" Indicador Pessoal (art. 132, inciso IV, e art. 138 da Lei Federal 6.015/73)?</p> <p>( ) SIM      ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Possuem a informação apenas no sistema extradigital, mas não se trata de livro e não é gerado nem no sistema de fichas</p>  |
| <b>10</b> | <p>Na escrituração do "Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias" são observados todos os requisitos previstos nos arts. 122, 123 e 126 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ainda não há casos mas conhecem a regra</p>  |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |   |
|-----------|---|
| <b>11</b> | <p>Para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos são observados todos os requisitos previstos no art. 120 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ainda não há casos, mas conhecem a regra</p>  |
| <b>12</b> | <p>Como são mantidos os arquivos dos exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou averbados? são arquivados e encadernados por períodos certos (mês, bimestre, trimestre, semestre, ano), acompanhados de índice que facilite a busca e o exame?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: São arquivados por numeração de ordem de protocolo.</p>  |
| <b>13</b> | <p>A serventia possui todos os livros próprios das atribuições de RTD/RCPJ, conforme legislação em vigor?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Possuem apenas os livros A, B e F. Não possuem os demais. Os livros B estão sendo migrados para o sistema extradigital. O indicador pessoal (D) existe no sistema mas não é gerado nem mantido nem pelo sistema fichas, apenas abrindo um repositório com o nome das pessoas. Nunca tiveram o livro C. Não providenciaram o livro E, ainda. Já o G informaram que estão implementando no sistema. Ressaltaram o volume que é pequeno.</p> |
| <b>14</b> | <p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto ao intercâmbio de documentos eletrônicos e de informações? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p>( ) SIM   ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prints de tela coletados</p>   |
| <b>15</b> | <p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção e o envio de títulos em formato eletrônico? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p>( ) SIM   ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prints de tela coletados</p>   |
| <b>16</b> | <p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a expedição de certidões e a prestação de informações? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p>( ) SIM   ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prints de tela coletados</p>   |
| <b>17</b> | <p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a formação de repositórios registrais eletrônicos para o acolhimento de dados e o armazenamento de documentos? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p>( ) SIM   ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prints de tela coletados</p>   |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

|           |  |
|-----------|--|
| <b>18</b> | Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção de títulos em formato físico para fins de inserção no próprio sistema e envio para cartório de outra comarca? (Prov. CNJ 149/2023)<br><br>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO<br><br>Observações/Providências: Prints de tela coletados |
| <b>19</b> | Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição realizada no ano anterior?<br><br>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO<br><br>Observações/Providências: Item prejudicado  |
| <b>20</b> | Providências a serem adotadas: Ao final todas as providências estão reportadas.  |

**RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES**

**- RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:**

- 01.** Apresentar Alvará de Funcionamento e Licença do Corpo de Bombeiros dentro do prazo de validade (Item 9). **PRAZO: 10 DIAS.**
- 02.** Adquirir pelo menos mais uma impressora para a emissão de recibos e entrega automatizada, sem requerimento aos usuários (Item 22). **PRAZO: 10 DIAS.**
- 03.** Readequar o sistema e a escrituração do Livro Diário Auxiliar de forma a permitir a fácil identificação e visualização do ato praticado, com a referência expressa ao ato, livro e folha respectivos (Item 35).  
**PRAZO: 30 DIAS**
- 04.** Apresentar plano de ação que contemple todas as etapas e cujo prazo máximo não ultrapasse doze meses para conclusão do trabalho de alimentação e integração à CRC, devendo manter rotina que garanta a alimentação tempestiva de todos os registros atuais, que devem ser disponibilizados na central em até 10 (dez) dias, conforme estabelece o art. 234 do Provimento CNJ 149/2023 (Item 39). **PRAZO: 10 DIAS**
- 05.** Automatizar a remessa do html relativo ao selo de fiscalização digital de forma a possibilitar o cumprimento do art. 156 do Código de Normas (Provimento Conjunto n. 002/2019-CJRMB/CJCI) para que ocorra o envio dos atos selados logo após a sua prática, de forma imediata (Item 46). **PRAZO: 30 DIAS**
- 06.** Regularizar as pendências constantes no relatório situacional da SEPLAN quanto às taxas de custeio e de fiscalização, e dos selos de segurança não declarados no período de 02/2020 a 04/2021 e 05/2021 a 08/2023 (Itens 47 e 54). **PRAZO: 30 DIAS**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

- 07.** Apresentar Certidão comprobatória da regularidade fiscal perante o Município pelo CPF do Delegatário e CNPJ da serventia (Item 55). **PRAZO: 15 DIAS**
- 08.** Apresentar a última GPS e GFIP, comprovando o uso do CEI (Item 57). **PRAZO: 15 DIAS**
- 09.** Apresentar Certidão comprobatória da regularidade fiscal perante a Fazenda Federal pelo CPF do Delegatário (Item 60) **PRAZO: 15 DIAS**
- 10.** Disponibilizar no site da serventia todas as informações que devem ser publicizadas sobre o cumprimento e adequação à LGPD, em especial, fornecer link de acesso às políticas desenvolvidas, bem como todas as informações de contato do encarregado de proteção de dados e do formulário para preenchimento pelos titulares dos dados que desejarem realizar solicitações respectivas (Item 75). **PRAZO: 15 DIAS**

**- RELATÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS**

- 01.** Submeter de modo gradativo e conforme a demanda, ao Juízo de Registros Públicos, as irregularidades registrais relativas aos problemas de escrituração constatadas nos livros das gestões anteriores, cuja escrituração não atende os requisitos legais (Item 1). **PRAZO: contínuo**
- 02.** Colacionar o comprovante ou certidão de publicação eletrônica dos editais de proclamas nos processos de habilitação de casamento (Item 5). **PRAZO: IMEDIATO**
- 03.** Observar e aplicar a possibilidade de instrução do procedimento de registro tardio na serventia, conforme disposto nos arts. 480 a 495 do Prov. CNJ 149/2023 (Item 11). **PRAZO: IMEDIATO**
- 04.** Adequar o modelo de requerimento de alteração no assento ao que dispõe o art. 184, incisos I e II do Prov. CNJ 149/2023 (Item 14). **PRAZO: IMEDIATO**
- 05.** Regularizar todas as pendências na CRC quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia, podendo apresentar plano de ação apenas para o tratamento das digitalizações do acervo antigo (Itens 22 e 23). **PRAZO: 15 DIAS.**
- 06.** Regularizar todas as pendências existentes no SIRC (Item 23). **PRAZO: 15 DIAS.**

**- RELATÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS**

- 01.** Adequar o sistema Extradigital de forma a cumprir a alteração legislativa na Lei. 6.015/73, sobre o prazo de cancelamento das prenotações pois foi identificado o alerta de cancelamento após 30 (trinta) quando deveria ser 20(vinte) dias úteis (item 5). **PRAZO: 15 DIAS.**
- 02.** Submeter de modo gradativo e conforme a demanda, ao Juízo de Registros Públicos, as irregularidades registrais relativas aos problemas de escrituração constatadas nos livros das gestões anteriores, cuja escrituração não atende os requisitos legais (item 8). **PRAZO: 15 DIAS.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**- RELATÓRIO DE TABELIONATO DE NOTAS**

01. Submeter de modo gradativo e conforme a demanda, ao Juízo de Registros Públicos, as irregularidades registras relativas aos problemas de escrituração constatadas nos livros das gestões anteriores, cuja escrituração não atende os requisitos legais (Item 7). **PRAZO: IMEDIATO**
02. Providenciar a remessa e regularização de todas as cargas atrasadas junto à CENSEC (Itens 11, 17 e 18). **PRAZO: 60 DIAS**

**- RELATÓRIO DE TABELIONATO DE PROTESTO**

01. Comprovar a regularização das pendências na CEPRONT Nacional, apresentando a rotina estabelecida para evitar esse tipo de ocorrência (Itens 22 e 23). **PRAZO: 10 DIAS**

**- RELATÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DA PESSOA JURÍDICA (RTD/RCPJ)**

01. Providenciar a escrituração regular do Livro A, com todos os elementos e colunas destinadas às anotações e demais requisitos, conforme os arts. 135 e 146 da LRP (Item 1). **PRAZO: 30 DIAS**
02. Providenciar e escriturar os livros C, D, E, F e G (Itens 9 e 13). **PRAZO: 30 DIAS**

**- DOCUMENTOS EM ANEXO:**

Anexo I – Designação do Delegatário

Anexo II – Consultas aos sistemas CRC e SIRC (prints extraídos e relatórios de pendências) e demais relatórios do Registro Civil

Anexo III – Comprovante de acesso ao CNIB

Anexo IV – Print ONR/Ofício Eletrônico

Anexo V – Prints de tela Centrais CENPROT e RTPJ

Anexo VI – Fotos da Serventia

Belém, data da assinatura eletrônica.

**LUCIO BARRETO**  
**GUERREIRO:8176**

Assinado de forma digital por  
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176  
Dados: 2024.08.13 11:02:39  
-03'00'

**LÚCIO BARRETO GUERREIRO**  
*Juiz Corregedor da CGJ*

**MONIQUE SOARES**  
**LEITE:84396580282**

Assinado de forma digital por  
MONIQUE SOARES  
LEITE:84396580282  
Dados: 2024.08.13 11:37:11  
-03'00'

**MONIQUE SOARES LEITE**  
*Analista Judiciário da CGJ*